

**MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 130.510 SANTA CATARINA**

**RELATOR** : **MIN. ROBERTO BARROSO**  
**PACTE.(S)** : ANTENOR ANGELONI  
**PACTE.(S)** : ARNALDO ANGELONI  
**IMPTE.(S)** : IVAN FIRMINO SANTIAGO DA SILVA E  
OUTRO(A/S)  
**COATOR(A/S)(ES)** : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**DECISÃO:**

**EMENTA:** *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CRIMES TRIBUTÁRIOS. LIMINAR INDEFERIDA.

1. Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de concessão de liminar, impetrado contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, da Relatoria do Ministro Leopoldo de Arruda Raposo, Desembargador Convocado do TJ/PE, assim ementado:

“RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. FALTA DE JUSTA CAUSA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO DOLO DOS ACUSADOS. MERO EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO À COMPENSAÇÃO DO DÉBITO TRIBUTÁRIO COM DEBÊNTURES. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO PROBATÓRIO. VIA INADEQUADA. ACÓRDÃO OBJURGADO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTE SODALÍCIO.

1. Em sede de *habeas corpus* somente deve ser obstada a ação penal se restar demonstrada, de forma indubitável, a ocorrência de circunstância extintiva da punibilidade, a ausência de indícios de autoria ou de prova da materialidade do delito, e ainda, a atipicidade da conduta.

2. Estando a decisão impugnada em total consonância com o entendimento jurisprudencial firmado por este Sodalício, não há que se falar em trancamento da ação penal, pois, de uma superficial análise dos elementos probatórios contidos no

HC 130510 MC / SC

presente reclamo, não se vislumbra estarem presentes quaisquer das hipóteses que autorizam a interrupção prematura da persecução criminal por esta via, já que seria necessário o profundo estudo das provas, as quais deverão ser oportunamente valoradas pelo juízo competente.

AJUIZAMENTO DE AÇÃO DECLARATÓRIA COM O OFERECIMENTO DE CAUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE TRANCAMENTO DO PROCESSO CRIMINAL. INDEPENDÊNCIA ENTRE AS ESFERAS PENAL, CÍVEL E ADMINISTRATIVA. SUSPENSÃO DO FEITO ATÉ A CONCLUSÃO DO PROCESSO CÍVEL DETERMINADA PELA CORTE ESTADUAL. SUFICIÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. DESPROVIMENTO DO RECLAMO.

1. O ajuizamento de ação declaratória com o oferecimento de caução não impede a persecução criminal relativa ao mesmo débito tributário, já definitivamente constituído, dada a independência entre as instâncias penal, cível e administrativa. Precedentes.

2. A suspensão do andamento do feito pelo Tribunal de origem após a instrução criminal até o julgamento final da ação declaratória constitui providência que se revela suficiente para evitar que sejam alvo de indevida ação penal, o que reforça a inexistência de constrangimento ilegal a ser reparado por esta Corte Superior de Justiça.

3. Recurso improvido.”

2. Extraí-se dos autos que os pacientes foram denunciados pelo crime previsto no artigo 1º, incisos I e II, c/c o artigo 12, inciso I, ambos da Lei 8.137/90 (quarenta e duas vezes).

3. Recebida a denúncia, foi impetrado *habeas corpus* no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, pleiteando o trancamento da ação penal. A ordem foi parcialmente concedida “*apenas para suspender, até o julgamento da Apelação Cível n. 2013.015204-8, a tramitação da Ação Penal n. 020.13.011513-4 (depois de encerrada a instrução*

**HC 130510 MC / SC**

*criminal), com fulcro no art. 93 do CP, e, com fundamento no art. 116, inciso I, do CP, suspender o curso do prazo prescricional”.*

4. Na sequência, foi interposto recurso ordinário no Superior Tribunal de Justiça, não provido.

5. Neste *habeas corpus*, a parte impetrante sustenta a *“existência de ação cível, ainda em trâmite (pende ainda o julgamento da apelação interposta pelo Estado de Santa Catarina), ajuizada pela sociedade empresária de que são sócios, A. Angeloni & Cia Ltda., em face do Fisco catarinense (processo nº 0016670-21.2011.8.24.0023), na qual já foi proferida sentença declaratória da extinção do crédito de ICMS cobrado pela fazenda estadual, e que vem a ser justamente o objeto da persecução penal”*. Alega que o Tribunal Estadual deferiu parcialmente o *writ* lá impetrado, *“mas não na forma pleiteada, pois fez inserir um adendo gerador de profunda ilegalidade, consistente na determinação de que houvesse a realização de toda a instrução perante a primeira instância, e também, os interrogatórios dos Pacientes, para só então começaram a valer as suspensões”*. Requer a concessão da medida liminar a fim de suspender a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 20.10.15. No mérito, pleiteia a concessão da ordem a fim de que seja determinada a suspensão de todos os atos processuais até o julgamento definitivo da Apelação Cível nº 2013.015204-8.

**Decido.**

6. A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal consolidou o entendimento no sentido da inadmissibilidade da impetração de *habeas corpus* em substituição ao recurso extraordinário, previsto no art. 102, III, da Constituição Federal (HC 110.055, Rel. Min. Marco Aurélio, HC 106.158, Rel. Min. Dias Toffoli, e HC 118.568, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> Rosa Weber).

**HC 130510 MC / SC**

7. Ademais, em análise preliminar, verifica-se que não há risco iminente à liberdade de locomoção dos pacientes.

8. Diante do exposto, indefiro a liminar. Dê-se vista dos autos à Procuradoria Geral da República.

Publique-se.

Brasília, 15 de outubro de 2015.

**Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO**

Relator

*Documento assinado digitalmente*